

Nacionalismo e religião na Grã-Bretanha do século XX

WOLFGANG KNÖBL

Resumo

O chamado “nacionalismo imperial” disfarçou as tensões na sociedade britânica, reveladas quando os nacionalismos irlandês, gaulês e escocês começaram, forçosamente, a emergir, em fins dos anos 1960. Como veremos, tendências de uma ruptura podiam ser detectadas anteriormente, um fato estreitamente ligado ao cenário religioso e étnico das Ilhas Britânicas. Durante grande parte do século XX, contudo, a estabilidade da Grã-Bretanha e seu nacionalismo pareciam estar garantidos – uma suposição traiçoeira, que foi despedaçada no último quartel do século.

Palavras-chave: Grã-Bretanha; Nacionalismos; Religião; Economia.



Nationalism and religion in 20th Century Britain

Abstract

The so called “Imperial nationalism” disguised the tensions within British society, which were revealed when Irish, Scottish and Welsh nationalism forcefully began to emerge in the late 60s of the 20th century. As will be seen, tendencies of a break-up could be detected much earlier, a fact closely linked to the religious and ethnic landscape of the British Isles. During large parts of the 20th century, however, the stability of Great Britain and her nationalism seemed to be guaranteed – a treacherous assumption that was torn into pieces in the last quarter of this very century.

Keywords: Britain; Nationalisms; Religion; Economy.

WOLFGANG KNÖBL

Doutor em Sociologia e professor na Universidade de Göttingen; professor-visitante na New School for Social Research (EUA), Universidade de Toronto (Canadá) e no Colégio Max Weber da Erfurt University (Alemanha).

1 INTRODUÇÃO

Este artigo parte do ponto onde o meu último – “Construção do Estado e identidade nacional na Grã-Bretanha” (2011) – parou, por volta dos anos 1900. Antes de entrar em certos detalhes históricos, gostaria de repetir alguns dos principais argumentos relativos ao modelo de nacionalismo britânico anterior à Primeira Guerra Mundial.

Fortemente baseado nos trabalhos de Krishnan Kumar e Hugh McLeod, eu afirmei que, ao final do século XIX, o nacionalismo britânico consistia de cinco elementos centrais: 1. cristianismo, em oposição à França laicista e aos pagãos nãoeuropeus; 2. protestantismo, em oposição à Irlanda, o catolicismo e o papismo; 3. prosperidade, ao contrário das regiões atrasadas da Europa e do mundo; 4. civilização, em oposição às classes e raças incivilizadas; e 5. liberdade, as conquistas da Revolução Gloriosa em oposição aos regimes autocráticos do continente europeu (McLEOD, 1999). Esta interpretação de McLeod é compatível com o argumento de Kumar de que o nacionalismo britânico – sem diferenciação entre seus elementos ingleses, gauleses, irlandeses e escoceses – da virada do século foi uma espécie peculiar de “nacionalismo imperial” (KUMAR, 2003). Este impulso imperial e/ou missionário disfarçou as possíveis tensões dentro da sociedade britânica, as quais foram reveladas quando os nacionalismos gaulês e escocês começaram, forçosamente, a emergir, em fins dos anos 60 do século XX. Como veremos, tendências de uma ruptura na Grã-Bretanha podiam ser detectadas anteriormente, fato fortemente ligado ao cenário religioso e étnico das Ilhas Britânicas. Durante grande parte do século XX, especialmente entre os anos 1920 e 1960, contudo, a estabilidade da Grã-Bretanha e seu nacionalismo pareciam estar garantidos – uma suposição traiçoeira, que foi despedaçada no último quartel do século.

2 O NACIONALISMO BRITÂNICO E O PROBLEMA DA IRLANDA, 1880-1920

Inegavelmente, o Império britânico do fim do século XIX teve de enfrentar uma situação nova e difícil. Em primeiro lugar, o surgimento de outros contendores no novo cenário político mundial:

os Estados Unidos e a Alemanha não apenas ameaçavam superar a supremacia *econômica* da Grã-Bretanha, eles também pareciam desafiar a hegemonia *militar* britânica. Além disso, algumas das tentativas da Grã-Bretanha de fortalecer o Império por meios militares não foram particularmente bem-sucedidas, como se pôde ver pela Guerra Sul-Africana (1899-1902),¹ que custou ao Estado britânico incalculáveis recursos e expôs as fraquezas da estrutura geral do Império.

Como reação a essas experiências e eventos políticos, o nacionalismo foi reformulado em um “nacionalismo britânico mais autoconsciente, quiçá essencialmente defensivo” (POWELL, 2002, p. 122), de modo a fortalecer o Estado britânico dentro do seu império: “Cada vez mais, especialmente entre os sindicalistas, o Império era visto como a chave para a sobrevivência da Grã-Bretanha como uma potência, e se tornou o foco do sentimento nacionalista britânico” (POWELL, 2002, p.122). Foi em especial Joseph Chamberlain, uma das principais figuras do Partido Conservador da época, quem personificou esse novo nacionalismo e tentou – embora sem muito sucesso mesmo dentro do seu próprio partido – propagar uma nova reforma tarifária de modo a reforçar os laços entre as colônias e as Ilhas Britânicas.

O Império deveria ser transformado

de uma coleção dispersa de colônias, em uma unidade mais organizada e economicamente auto-suficiente, protegida contra importações estrangeiras através de barreiras tarifárias externas, e com um comércio interno entre a Grã-Bretanha e as colônias regulado por um sistema de encargos prioritários (POWELL, 2002, p. 123).

Este nacionalismo *econômico* foi acompanhado por um discurso cultural de “eficiência nacional” e pelo estabelecimento de novas organizações e associações que tinham como uma das suas lógicas o fortalecimento do poder do Império: neste aspecto, a “*National Service League*”² – de modo a promover o treinamento

1 Nota do Tradutor (NT): Também conhecida como Guerra dos Bôers.

2 NT: A *National Service League*, criada em 1902, estimulava o serviço militar obrigatório e alertava o país para o despreparo do Exército britânico para a guerra.

militar compulsório nos moldes dos Estados continentais – foi tão importante quanto o surgimento do movimento dos escoteiros, liderado por *Sir* Robert Baden-Powell, um antigo herói da Guerra Sul-Africana, ou quanto a invenção do chamado “Dia do Império” (POWELL, 2002).³

Alguém pode se surpreender com o fato de que logo após o fim da Guerra Sul-Africana, o Partido Conservador, encabeçando estes forçosos nacionalismo e imperialismo britânicos, perdeu seu poder (em 1906) para os liberais, que haviam superado suas divergências internas, as quais tinham surgido durante e por causa da Guerra Sul-Africana, e que tinham sido capazes de forjar coalizões (informais) com o recém-surgido movimento operário. Contudo, há de se estar ciente de que dentro da sociedade britânica não aconteceu exatamente um debate sobre nacionalismo e imperialismo em geral: embora houvesse alguma resistência contra a Guerra Sul-Africana, uma aversão fundamental às aventuras imperialistas não era característica da maioria das organizações políticas antes de 1914.

Mesmo a esquerda britânica distinguia entre várias formas de imperialismo, e afirmava “que se o imperialismo deveria existir, então ele seria melhor conduzido pela Grã-Bretanha do que por qualquer outro” (WARD, 2004, p. 30). Assim, a questão de um nacionalismo e imperialismo britânicos, à primeira vista, parecia ser um consenso dentro da política britânica, de maneira que, em certo nível, as controvérsias políticas entre partidos políticos raramente se focavam na lógica geral do nacionalismo e imperialismo (missionários) britânicos.

Em outro nível, contudo, este mesmo consenso acabou por se mostrar frágil quando se tratava de questões específicas. E neste aspecto é que a questão da Irlanda e da sua autonomia política foram, de fato, capazes de transformar o nacionalismo britânico. Por volta de 1900, “O Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda” – assim denominado desde 1801 – era ética e religiosamente um país

3 NT: Celebrado pela primeira vez no dia 24 de maio de 1902, inicialmente tinha a intenção de “lembrar às crianças que elas faziam parte do Império britânico [...] e que a força deste Império dependia delas, que nunca deveriam esquecer isto”.

de certo modo homogêneo. A migração das Ilhas ainda não tinha começado, de modo que apenas pequenos grupos de imigrantes estavam espalhados nelas, sobretudo italianos, franceses, espanhóis, gregos e indianos. Mas a população judaica era superior à destes grupos, já que, por volta dos anos 1880, houve uma onda maior de imigração, quando muitos judeus fugiram de massacres na Europa oriental e acabaram por se estabelecer nas Ilhas: seu número cresceu de 60 mil, antes de 1880, para cerca de 300 mil, no começo da Primeira Guerra Mundial (WARD, 2004).

Contudo, política e numericamente, os irlandeses foram muito mais importantes, porquanto, embora fossem cidadãos do Reino Unido, eram muitas vezes vistos como estrangeiros na Grã-Bretanha, em virtude da sua cultura e religião alienígenas, i.e., o catolicismo. “Em 1871, os 566.540 irlandeses constituíam 2,5% da população da Inglaterra e do País de Gales” (WARD, 2004, p.117). Os irlandeses na Inglaterra, Escócia, País de Gales e, é claro, na própria Irlanda, influenciaram a agenda da política britânica muito mais fortemente do que quaisquer outros, já que agrupavam seus votos em uma política cada vez mais democrática e eram quase unanimemente favoráveis a uma Irlanda politicamente independente.

Assim, não é de se admirar que já nas décadas de 1880 e 1890 o debate acerca da autonomia política irlandesa estivesse na agenda política, dividindo até mesmo o Partido Liberal. O assunto, no entanto, veio com muito mais força por volta de 1910, quando o governo liberal de Herbert Henry Asquith só conseguiu governar com a ajuda dos membros irlandeses do Parlamento. Como depois de 1911 a Câmara dos Lordes foi reformada, removendo efetivamente um dos maiores obstáculos constitucionais para a autonomia política irlandesa, as chances para um verdadeiro rompimento no caso irlandês entusiasmaram a política britânica mais do que nunca. Desse modo, não surpreendentemente, em 1912, Asquith introduziu um Projeto de Lei pela Autonomia Política (“*Home Rule Bill*”), que pretendia dar alguma independência à Irlanda:

[A lei] garantia a criação de um parlamento irlandês bicameral que teria poderes, através do seu Executivo, sobre todos os assuntos internos irlandeses (com exceção de determinados

assuntos específicos, como bem-estar social e policiamento), enquanto assuntos de política externa, comércio exterior e taxação continuariam sendo tratados em Westminster, onde um contingente reduzido de 42 membros irlandeses do Parlamento teria assento. O lorde-tenente⁴ permaneceria como chefe da autoridade executiva e representante da Coroa, mas na maioria das outras matérias, os irlandeses pelo menos se tornariam responsáveis pelos assuntos da Irlanda (POWELL, 2004, p. 131).

Em face de a lei não satisfazer nem aos separatistas irlandeses nem aos sindicalistas britânicos, muito menos lidar com o problema de Ulster (a parte norte da Irlanda, de maioria protestante), uma solução rápida era quase impossível – principalmente porque uma Câmara dos Lordes reformada ainda poderia desacelerar os processos legislativos. A consequência foi um bloqueio político altamente crucial: “Na visão de muitos contemporâneos e historiadores”, [a questão irlandesa aproximou a Grã-Bretanha] “de uma guerra civil por volta do verão de 1914” (POWELL, 2004, p.132), uma guerra civil, contudo, que nunca aconteceu, por causa de Sarajevo e suas consequências.

Embora a Primeira Guerra tenha proporcionado uma espécie de incentivo ao nacionalismo britânico por algum tempo – uma identidade de certo modo difusa foi aguçada pelo contraste das virtudes britânicas contra os feios traços de caráter alemães (WINTER, 1996)⁵ – este nacionalismo ligeiramente transformado não podia barrar o rompimento da Irlanda. O Levante da Páscoa de 1916, apesar de brutalmente reprimido pelas tropas britânicas, foi um grande passo na luta pela independência irlandesa, e conduziu à Guerra Anglo-Irlandesa. Chegou ao fim em 1922, com a promessa de que a Irlanda do Norte (Ulster) permaneceria como parte da Grã-Bretanha, enquanto o restante se tornou um Estado Livre Irlandês dentro da configuração institucional do Império britânico:

4 NT: Comumente conhecidos como vice-reis, até a independência irlandesa, lordes-tenentes eram a representação real do chefe do Poder Executivo na Irlanda.

5 Como Müller (2004, p. 185) argumenta, 1914 também foi o momento do protestantismo popular. Certamente não há dúvidas de que os símbolos protestantes exerceram um papel na legitimação do esforço de guerra. Contudo, tendo em vista que a Grande Guerra não foi conduzida dentro de linhas confessionais, pode ser recomendável que não enfatize demais o fortalecimento de uma identidade britânica *protestante* particular durante a referida guerra.

Seis distritos de Ulster deveriam permanecer dentro do Reino Unido, como parte da província autônoma da Irlanda do Norte. Os 26 distritos restantes formariam um Estado Irlandês Livre, com *status* de domínio similar ao do Canadá e Austrália; e todos os oficiais dos Estados Livres deveriam jurar fidelidade à Coroa britânica. No Reino Unido, o Tratado levou a turbulências não resolvidas, que continuaram até o fim do século. No Estado Livre, levou a uma terrível guerra civil. O partido “pró-Tratado” foi derrotado; Michael Collins foi assassinado. A facção linha dura anti-Tratado, liderada por outro sobrevivente do Levante de Páscoa, Eamon de Valera (1882-1975), triunfou. Foi apenas uma questão de tempo até que o governo de Valera denunciasse o Tratado e derrubasse o Estado Livre. Poucas pessoas nas Ilhas Britânicas perceberam que o Reino Unido tinha perdido uma porcentagem do seu território maior do que a Alemanha (DAVIES, 1999, p. 905-906).

De certo modo, o resultado destes eventos e a criação do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte foram paradoxais no concernente ao nacionalismo britânico: 1. A independência do Estado Livre Irlandês removeu, em grande parte, a questão irlandesa da agenda política da Grã-Bretanha por um longo tempo. Depois que grandes partes da Irlanda (e, assim, muitos católicos) saíram da estrutura do Reino Unido, ficou muito mais fácil pensar na Grã-Bretanha em termos de uma unidade homogênea e, assim, confundir “britânico” com “inglês”: “Jamais a confusão semântica ‘Inglaterra’/‘Grã-Bretanha’ foi tão forte quanto neste período. Naturalmente, isto incomodava – para dizer o de menos – escoceses e gauleses, particularmente àqueles” (MANDLER, 2006, p. 148); 2. A separação da Irlanda – e o fato de que apenas sua parte norte permanecia como pertencente ao Reino Unido – minou o elemento anticatólico dentro do nacionalismo britânico, que tem sido de veras forte desde os tempos de Henrique VIII e a Reforma Protestante. Desde que a Primeira Guerra Mundial também não obedeceu barreiras confessionais, o anticatolicismo começou a perder sua antiga importância (McLEOD, 1999); 3. Com a fundação do Estado Livre Irlandês, o funcionamento do sistema político da Grã-Bretanha também tinha de mudar: enquanto antes da Grande Guerra o Partido Liberal havia sido a forma como os irlandeses alcançavam suas demandas dentro do processo político, isto chegou ao fim em 1922, com a divisão da Irlanda, quando

o Partido Trabalhista passou a exercer a função de expressar as insatisfações irlandesas: os (católicos) irlandeses dentro do Reino Unido transferiram sua solidariedade para o Partido Trabalhista – até mesmo as classes médias irlandesas o fizeram, se distinguindo de todas as outras classes médias (WARD, 2004).

Ao mesmo tempo, a guerra deu fim à emergência do liberalismo britânico: como em todos os outros lugares do continente europeu, o liberalismo estava se retraindo, a despeito da reunificação do Partido Liberal, em 1923:

O partido, que antes de 1914 atuava como principal condutor dos descontentamentos nacionais escoceses e gauleses dentro do Estado britânico, e que aderiu, ele mesmo, às políticas de descentralização e federalismo, assim, virtualmente desapareceu do centro da vida política britânica [...] e sua marginalização nas políticas da segunda metade do período entreguerras se refletiu muito claramente na reduzida importância de queixas nacionalistas e regionais como as que tinham exercido papel tão proeminente no debate político do final do período vitoriano (POWELL, 2002, p. 158-159).

O recuo dos liberais também possuía um efeito religioso: até a Primeira Guerra Mundial, eles tinham sido um partido de denominações não conformistas ou dissidentes, que geralmente se opunham, até bem fortemente, a políticas belicistas e imperiais (ROBBINS, 1998). Depois de 1918, a influência do Não Conformismo⁶ diminuiu juntamente com o declínio do Partido Liberal. Assim, o começo da década de 1920 marcou o início do Sistema Bipartidário, tão característico de longos períodos do século XX – com um Partido Conservador que esteve permanentemente no poder desde 1918 até 1945; e um Partido Trabalhista que, normalmente, se não fazia parte de uma coalizão governamental, exercia o papel de oposição leal (POWELL, 2002).

Essa posição superior dos conservadores tinha muito a ver com o fato de que o partido representava todo o Reino Unido, enquanto o Partido Trabalhista, na primeira metade do século XX, contava apenas com algumas representatividades regionais: as princi-

6 NT: Na Grã-Bretanha do final do século XVII, depois da publicação do Ato de Uniformidade de 1662, não conformistas eram os cidadãos que nem pertenciam à religião cristã nem faziam parte da Igreja Anglicana.

pais áreas dos trabalhistas eram os centros industriais no norte da Inglaterra e País de Gales, embora a liderança do partido, especialmente sob James Ramsey MacDonald, tenha tentado mudar isto desesperadamente.

Em todo caso, na década de 1920, sob a liderança de MacDonald, o Partido [Trabalhista] estava tentando mudar sua imagem regionalista e se estabelecer como um partido nacional atraindo um eleitorado socialmente mais amplo e todas as regiões da Grã-Bretanha. Na prática, tornou-se tão sindicalista quanto os conservadores, buscando ganhar e exercer poder dentro do contexto de um Estado Unitário britânico (POWELL, 2002, p. 156).

Se olharmos mais adiante, para o período entre 1920 e 1960, é possível termos a impressão de que depois de 1922 e da divisão da Irlanda, a Grã-Bretanha entrou, de fato, em um caminho estável em direção ao seu futuro, pelo menos no tocante à sua identidade nacional. Não podemos esquecer, contudo, que em 1707 e em 1801, quando primeiro a Escócia e depois a Irlanda foram incorporadas ao Reino Unido, algum tipo de anomalia institucional – de uma perspectiva europeia – foi criada e permaneceu imutável, sobretudo, uma estrutura institucional regionalmente heterogênea: a diversidade das instituições religiosas foi, por certo, um dos principais pontos a serem mencionados aqui, uma diversidade que, entre outras coisas, estabeleceu os caminhos para o processo de “descentralização” iniciado na década de 1980 e que ainda compõe a política britânica nos dias atuais. Qual era esta anomalia? Em contraste com a Prússia, por exemplo, onde, depois de 1815, as lideranças políticas tentaram homogeneizar e unificar as igrejas protestantes sob uma organização comum, de modo que as diferenças regionais fossem diminuídas (“União” de luteranos e calvinistas em 1817!), este não foi o caso na Grã-Bretanha. Não existia mais igreja estatal na Grã-Bretanha, porquanto a Igreja da Inglaterra nunca conseguiu “jurisdição” sobre o País de Gales e a Escócia. Não há dúvidas de que a Igreja Anglicana dentro do cenário do Reino Unido e do Império britânico sempre teve, e ainda tem, um papel extremamente importante.⁷ No entanto, o seguinte também deve ser considerado:

7 Para mais sobre este assunto, ver Müller (2004, p. 186).

Impedida pelo Ato de União de tocar a Igreja da Escócia, [a Igreja Anglicana] perdeu sua posição privilegiada na Irlanda e no País de Gales; e sobreviveu com os trajes de autoridade, porém, com a substância de uma seita regional. Era inteiramente dependente do Estado britânico. Seus bispos eram apontados pela Coroa, sob aconselhamento de primeiros-ministros que não precisavam ser nem ingleses nem cristãos, muito menos anglicanos. A legislação de seu Sínodo Geral ainda estava sujeita ao Parlamento, embora a maioria dos parlamentares tivessem se tornado não crentes. Ainda assim, a hierarquia anglicana não tinha nenhuma autoridade especial no reino como um todo (DAVIES, 1999, p. 912-913).⁸

Essa diversidade institucional entre Inglaterra, Irlanda do Norte, País de Gales e Escócia – depois da divisão do Estado Livre Irlandês – não foi imediatamente vista como um problema grave. Entretanto, depois da década de 1960, ela começou a assombrar a política britânica, quando partidos nacionalistas no País de Gales e na Escócia emergiram, aumentaram sua influência e impulsionaram o processo de descentralização, facilitado pela ausência de instituições (nomeadamente, religiosas) comuns.

3 O CURTO PERÍODO DE NACIONALISMO BRITÂNICO INCONTESTE, 1920-1955

Com o benefício da retrospectiva, as décadas entre 1920 e 1960 oferecem um interlúdio atípico de estabilidade nas relações domésticas das nações britânicas com seu governo central, não a solução dos problemas de nacionalidade e identidade, como muitos contemporâneos assumiram (POWELL, 2002, p. 154).

Obviamente, esta estabilidade tinha sido causada pela mudança estrutural no Estado britânico. Com a introdução do sufrágio universal masculino e do sufrágio (limitado) feminino para as eleições da Câmara dos Comuns em 1918, e a expansão do Estado, sobretudo em virtude do esforço de guerra entre 1914 e 1918, surgiu um país aparentemente homogêneo, capaz de unificar *politicamente* as diferentes regiões da Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte (POWELL, 2002). Além disto, a unidade

⁸ Para mais, ver Robbins (1995, p. 252). E para uma comparação entre a estrutura da Igreja Anglicana e da Igreja da Escócia, ver Brown (2006, p. 16).

cultural entre as várias regiões da Grã-Bretanha, uma unidade que já era observável na Era Vitoriana, parecia estar se fortalecendo: o Império tinha sobrevivido; a democracia, em seu senso completo, tinha se estabelecido, o que significava – de acordo com Richard Weight, autor do livro mais importante do século XX sobre nacionalismo britânico – que os quatro pilares deste nacionalismo pareciam permanecer bem estáveis: protestantismo, democracia, o Império e a Monarquia.⁹

A sobrevivência da Monarquia, a despeito da histeria antialemã na Primeira Guerra Mundial e da crise da abdicação de 1936, estava absolutamente garantida. Os monarcas britânicos que em 1707 ascenderam ao trono pertenciam à dinastia (alemã) dos Sachsen-Coburg-Gotha e, com sucesso, se renomearam “Windsor” em 1916, conseguindo se tornar, de fato, parte integral do nacionalismo britânico (WEIGHT, 2002), o qual – como indicado – cada vez mais, em especial após 1922, perdeu seus fortes elementos anticatólicos.

Inegavelmente, o papel da religião para e dentro do nacionalismo britânico no período entreguerras é interessante. Embora, como exposto, não se deva superestimar o papel do protestantismo dentro do nacionalismo britânico da Primeira Guerra Mundial, já que nem todos os aliados britânicos contra a Alemanha (e a Áustria) podiam ser considerados protestantes, é verdade que a causa britânica foi comumente identificada com a causa do próprio Deus. Isto, no entanto, começou a mudar depois de 1918. Tal se devia, entre outras coisas, à crescente secularização da sociedade britânica. A mudança, porém, também foi provocada por uma interpretação retrospectiva crítica da Primeira Guerra Mundial: de acordo com esta visão, as denominações e igrejas (protestantes) da Grã-Bretanha deveriam se envergonhar do seu apoio incondi-

9 O leitor deve ter percebido que há alguma diferença entre as interpretações dos elementos do nacionalismo britânico para McLeod e Kumar, de um lado, e Weight, de outro. A diferença não deve ser demasiado enfatizada, no entanto, já que Weight não faz grandes diferenciações entre os termos “cristandade” e “protestantismo” – por bons motivos – argumenta que a ideia de “civilização” perdeu parte da sua credibilidade depois do massacre da Primeira Guerra Mundial. Apenas na guerra contra Hitler, a ideia de uma “civilização cristã” começou a reemergir na agenda política.

cional à guerra e suas atrocidades (WEIGHT, 2002). Assim, não é de se admirar que a maioria das igrejas e denominações britânicas na década de 1930, e mesmo depois da ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, tenham apoiado fortemente uma posição de conciliação no campo da política internacional. Isto tornou quase impossível o retorno a um nacionalismo (protestante) fortemente baseado na religião, quando a guerra foi de fato deflagrada, em 1939:

Consequentemente, quando os líderes britânicos discutiam religião entre 1940 e 1945, eles raramente falavam de uma luta pela fé nacional, ao invés disso, se referiam a uma luta genérica pela “civilização cristã”, na qual todos os europeus estavam envolvidos. Churchill usou este termo nada mais nada menos que durante o discurso no qual anunciava a Batalha da Grã-Bretanha. Em 1940, George VI aprovou pessoalmente a realização de um Dia Nacional da Oração, englobando múltiplas denominações, em 26 de maio, tendo o envolvimento de líderes católicos e judeus, bem como de igrejas protestantes (WEIGHT, 2002, p. 28).

Desse modo, o elemento protestante remanescente no nacionalismo britânico foi empurrado ainda mais para o segundo plano; mesmo que ainda se acreditasse que Deus estava do lado da Grã-Bretanha e da civilização (europeia), a presunção de que Deus é antes britânico e depois protestante já não convencia mais. Assim, durante a Segunda Guerra Mundial, o anticatolicismo não era uma parte essencial do nacionalismo britânico – a despeito do fato de os católicos ainda serem impedidos de ocupar diversas posições centrais dentro da sociedade e da política britânicas, e do fato de a população britânica conhecer os laços próximos entre a Igreja Católica e os regimes fascistas (por exemplo, com a Espanha, que, no entanto, não se envolveu na guerra). Como Weight (2002, p. 33) esclarece: “A religião já não podia mobilizar a Grã-Bretanha como outrora, os líderes nacionais tinham de encontrar um substituto. E eles o encontraram na ideia de uma cultura nacional”.

Com efeito, na Segunda Guerra Mundial este tipo de cultura nacional foi modelado por apenas uma pessoa, Winston Churchill, o qual não apenas deu a instituições centrais britânicas, entre elas a família real, a chance de se distanciar das suas antigas posições de conciliação, como também tomou para si o papel de um dos heróis de guerra mais importante da Grã-Bretanha (WEIGHT, 2002).

A Segunda Guerra Mundial foi, de fato, um dos últimos períodos durante os quais um nacionalismo britânico forte e incontestável foi decisivo para a integração da sociedade britânica.

A Segunda Guerra Mundial uniu as quatro nações do Reino Unido por quatro razões que podem ser resumidas assim: primeiro, temor crítico dos inimigos da nação; segundo, mobilização em massa, que reviveu as economias da Escócia, País de Gales e do norte da Inglaterra; terceiro, solidariedade sem precedentes entre classes e sexos, o que levou à criação da democracia social; e quarto, o fator menos discutido pelos historiadores, a culpa nacional pela conciliação. O sentimento generalizado de que não agiram rápido o bastante para evitar o avanço do fascismo levou os britânicos romantizarem sua guerra, transformando-a de um episódio heróico em sua história para uma lenda de sustentação da sua identidade nacional (WEIGHT, 2002, p. 48).

A citação de Weight deixa claro que já depois de 1918 as várias regiões da Grã-Bretanha enfrentavam uma situação econômica complicada: em partes da Inglaterra, mas sobretudo no País de Gales, e também em partes da Escócia, os mais importantes centros da primeira revolução industrial estavam em rápido declínio e as taxas de desemprego já eram tão altas que os processos migratórios tinham começado a esvaziar as já mencionadas regiões.

Contudo, o esforço de guerra entre 1940 e 1945 reverteu este mesmo processo migratório por algum tempo: trabalhadores retornaram a suas antigas regiões, uma vez que áreas de produção industrial, por razões estratégicas, foram deslocadas do sul da Inglaterra para regiões mais ao norte e leste. O resultado, é claro, foi que, dentro do Reino Unido, as condições sociais e econômicas que já tinham divergido começaram a tornar-se mais parecidas novamente, quando, durante a guerra, as taxas de desemprego começaram a diminuir: “No País de Gales, o desemprego caiu de 24,1% da população, em 1938, para 2,7% em 1951. Na Escócia, caiu de 15,7% para 2,5%. Em dado momento, em 1944, o desemprego virtualmente zerou em ambos os países” (WEIGHT, 2002, p. 70). Como, depois da guerra, ambos os partidos – i.e., não apenas o Trabalhista, mas também o Conservador – apoiaram uma política econômica keynesiana e, mediante a nacionalização de indústrias-chave, tentaram unificar o país (POWELL, 2002), a economia se expandiu, fortalecendo a identidade *britânica*.

Todos estes fatores mencionados, somados ao fato de que o sofrimento na guerra tinha causado sentimentos social-democráticos “comunitários”, porquanto todos os estratos da sociedade se envolveram fortemente no esforço guerreiro, e o fato de que o Estado Livre Irlandês permaneceu neutro na guerra contra Hitler, deste modo inibindo o esforço de guerra da Grã-Bretanha, criou um sentimento de unidade sem igual até então:¹⁰ o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte parecia uma nação realmente unida, principalmente porque o Partido Trabalhista fazia parte da coalizão de Churchill em 1940-1945. Estar nesta coalizão de guerra deu ao Partido Trabalhista a chance de esquecer sua posição de conciliação de antes de 1940 e criar o mito do britânico que, embora hesitante em um primeiro momento, se levantou – como democrata – e ousou enfrentar Hitler (WEIGHT, 2002). Isto, novamente, influenciou o sistema político britânico de tal modo que, daquele momento em diante, o Partido Trabalhista foi visto como um partido verdadeiramente nacional, um partido que podia até mesmo

reivindicar poder direto na vitória pós-guerra. Daquele momento até a década de 1960, a política britânica operou dentro de um cenário de sistema bipartidário reconfigurado, no qual a centralização e o sindicalismo eram os impulsos condutores, e ambos os partidos ofereciam suas próprias variantes da filosofia social e geográfica de “uma nação” (POWELL, 2002, p. 155).

Como Weight (2002, p. 116) acertadamente destacou, a Segunda Guerra Mundial foi influenciada “mais do que qualquer outro evento na história” pela identidade nacional britânica. No inerente a uma identidade europeia futura, isto é importante porque reforçou o duradouro ceticismo britânico em relação à Europa:

Os britânicos não viam todos os europeus como tiranos ou covardes, mas a guerra confirmou suas crenças de que o continente era o lugar onde grande parte da tirania e covardia do mundo se originava. Foi esta crença, muito mais do que qualquer apego sentimental ao Império, que tornou os britânicos céticos em relação à União Europeia no período pós-guerra (WEIGHT, 2002, p. 101).

10 No fim, o Estado Livre Irlandês deixou a *Commonwealth*, em 1949, e se autodenominou uma República.

Em suma, é possível dizer que a guerra e seu resultado imediato foi a última fase de um nacionalismo britânico incontestado, uma fase celebrada simbolicamente em seu próprio final pelo momento marcadamente religioso e protestante (embora não decisivo) da coroação de Elizabeth II, em 1953 (CANNADINE, 1994; WEIGHT, 2002).

No tocante à religião, os anos 1940 e a primeira década depois de 1945 não se encaixam em uma imagem linear de secularização; do contrário, a religiosidade estava em emergência naqueles anos, o que – como alguns autores argumentam – se deveu a modelos populares baseados nas funções das mulheres no ambiente doméstico. “Valores tradicionais de família, casa e piedade retornavam, de repente, à agenda entre o fim da guerra e a década de 1960. As igrejas se beneficiaram de imediato” (BROWN, 2001, p. 172). O número de comungantes no dia de Páscoa, matrículas na catequese, inscrições na igreja – todos estes dados mostram uma emergência na religiosidade em quase todas as partes da Grã-Bretanha (BROWN, 2001). Todas as igrejas britânicas se beneficiaram em maior ou menor grau do crescimento neste período. “Em resumo, de 1945 a 1956, a cristandade britânica organizada experimentou as mais altas taxas de crescimento desde que as estatísticas começaram a ser coletadas no século XIX” (BROWN, 2001, p. 188). Este foi, como Weight (2002) expôs, o “verão indiano” do protestantismo que, acima de tudo, beneficiou a Igreja da Inglaterra. Este verão indiano, no entanto, haveria de mudar – e com ele (embora não por causa dele) – o cenário do nacionalismo nas Ilhas.

4 O FIM DO IMPÉRIO, SECULARIZAÇÃO E O DECLÍNIO DO NACIONALISMO BRITÂNICO, 1955-1975

O período entre 1945 e final da década de 1960 se caracterizou por pelo menos quatro acontecimentos que influenciaram fortemente os contornos do nacionalismo britânico até o fim dos anos 1960:

1) Depois de 1945 – e apesar de ser uma guerra que a Grã-Bretanha venceu – o Império começou a cair. Assim, se é verdade que o Império – como se argumentou anteriormente – era um dos pilares do nacionalismo britânico, uma mudança nos contornos da identidade nacional também deveria ser esperada. Este foi, de

fato, o caso, embora os efeitos *institucionais* do declínio do Império fossem relativamente pequenos – pelo menos em comparação a outras potências imperiais que enfrentaram declínio similar. As razões para a estabilidade institucional do Estado britânico durante e depois da descolonização tinham muito a ver com o tipo peculiar de representação das colônias no Parlamento de Westminster e a estrutura da administração imperial: como os administradores imperiais britânicos normalmente se alternavam entre as várias colônias, de forma que nunca ficassem no posto por muito tempo, uma resistência intra-administrativa contra a dissolução do Império não teria possibilidades de emergir. Simplesmente inexistia uma “classe imperial” que tivesse real interesse em lutar pela permanência do Império, como foi o caso da França, onde a descolonização criou enorme agitação política nas décadas de 1950-60. Além do mais, em virtude de as colônias nunca terem sido representadas em Westminster, e já que os Estados Unidos haviam garantido a paz durante a Guerra Fria, a Grã-Bretanha estava em uma situação bastante confortável durante a descolonização, de modo que podia evitar grandes debates domésticos sobre a (dissolução do) Império.¹¹ Assim, o Império realmente se desfez em um processo lento, mas contínuo, de maneira que as antigas colônias britânicas mantiveram a independência e permaneceram dentro da estrutura da *Commonwealth* britânica.

Esse adeus ao Império foi facilitado pelo fato de a fraqueza da Grã-Bretanha como uma potência imperial ter-se tornado óbvia para praticamente todo mundo, durante a assim-chamada Crise de Suez, em 1956, o evento mais importante da identidade britânica entre 1940 e sua entrada na União Europeia em 1973 (WEIGHT, 2002; MANDLER, 2006). A humilhante retirada das tropas britânicas (e francesas) do Canal de Suez como resultado da intervenção política estadunidense deixou absolutamente claro que a Grã-Bretanha tinha perdido seu antigo *status* como superpotência e que uma hegemonia dos Estados Unidos havia surgido. Cabia à Grã-Bretanha tão somente admitir. Embora não se possa negar que mesmo depois de Suez a ideia de um Império ainda influenciava a imaginação de muitas pessoas na Grã-Bretanha

11 Para mais, ver Darwin (1986).

(WARD, 2004), há de se admitir que a década de 1950 marcou o início de uma mudança fundamental na identidade nacional britânica – a qual foi reforçada também por outros processos de mudança cultural.

2) A tendência de crescimento da religiosidade, tão óbvia nos anos entre 1940 e 1955, foi subitamente interrompida por volta da Crise de Suez, quando todos os dados disponíveis mostravam processos de secularização dentro da sociedade britânica. “Desde 1956, todos os índices de religiosidade na Grã-Bretanha começaram a cair, e a partir de 1963, a maioria entrou em queda-livre”, como afirma Brown (2001, p. 188). Existem diversas explicações para esta tendência de secularização. Conforme o próprio Brown ressaltou, a mudança no papel das mulheres foi responsável pelo declínio da religiosidade, pois, até a década de 1950, elas tinham sido as maiores apoiadoras e condutoras da atividade religiosa: quando novos modelos começaram a surgir, as mulheres puderam entrar no mercado de trabalho e/ou conquistar espaços públicos que lhes tinham sido negados até então. Como consequência, as igrejas começaram a perder a antiga influência sobre as identidades femininas (BROWN, 2001).

Alguém pode dizer, contudo, que as várias religiões da Grã-Bretanha “sofreram” de maneiras diferentes a tendência de secularização ora descrita. Os não conformistas britânicos foram os que mais “sofreram”. Isto, muito provavelmente, teve a ver com o fato de que os dissidentes sempre foram bastante associados com um forte puritanismo “vitoriano”, já submetido a pressão na década de 1920 (GREEN, 1996). “Qualquer que fosse a causa, aquela desvantagem comparativa deixou a Igreja [da Inglaterra] cada vez mais segura na sociedade britânica, e melhor, na verdade, como uma parte reconhecível do Estado britânico, nos anos depois da Grande Guerra” (GREEN, 1996, p. 307). O ponto fraco do não conformismo, i.e., o ponto fraco das “igrejas livres”, e a comparativa força da Igreja da Inglaterra foram uma tendência mantida através dos anos 1960, enquanto outras denominações perderam ainda mais terreno, e a Igreja Católica permaneceu apenas como já era. No relacionado à década de 1960, Green (1996, p. 314-315, grifos do autor) afirma que

As perdas das igrejas livres naquele tempo foram verdadeiramente dramáticas. A adesão congregacional caiu cerca de 20% durante a década; os números presbiterianos foram praticamente os mesmos. A união de ambos, na década de 1970, foi um caso ecumênico de declínio mútuo, se é que tal coisa existiu. A adesão metodista caiu de cerca de 733 mil, em 1960, para 557 mil, em 1975, uma diminuição de 24% em quinze anos. Mesmo os batistas perderam cerca de 13% de seus números em dez anos, entre 1960 e 1970. Mais destacadamente, ainda que com menos obviedade, os católicos romanos não aumentaram. Nos anos 1960, tudo sugeria que isto aconteceria. Os batismos de crianças católicas atingiram um ápice entre 1959 e 1964, chegando a algo como 15% dos nascimentos nacionais. Os casamentos católicos atingiram seu maior número – 44 mil, ou aproximadamente 13% do total – em 1961. As conversões católicas saltaram para 13.735 em 1959. Estes, porém, foram pontos altos que *nunca mais seriam repetidos*.

Esta interrupção no crescimento do catolicismo nos anos 1960 tinha muito a ver com a quebra do ambiente irlandês que, naquela época, ocorreu em muitas partes do Reino Unido (GREEN, 1996). Como Hornsby-Smith (2006) explicou, esta quebra da subcultura católica, que por muito tempo foi estável, foi causada pelos eventos pós-Concílio Vaticano II e o movimento ecumênico que eles apoiaram, de modo que a exogamia matrimonial dentro das comunidades irlandesas se tornou mais e mais possível, enfraquecendo, assim, o ambiente católico como um todo.

A pesquisa nacional de católicos ingleses de 1978 mostrou que os católicos experimentavam tanta ou mais mobilidade social ascendente do que a população geral [...] e estavam saindo de paróquias do interior, semelhantes a guetos, em direção a paróquias e estados onde o contato com não católicos era mais provável (HORNSBY-SMITH, 2006, p. 46).

Assim, a Igreja da Inglaterra – embora não insensível a estas tendências de secularização – ainda era capaz de manter seu papel dominante no cenário religioso inglês e no Estado britânico, embora – há de se acrescentar – tivesse tentado, com sucesso, ganhar maior independência do Estado, de modo que, atualmente, tenha restado apenas “uma autoridade residual do parlamento em matérias doutrinárias, litúrgicas e organizacionais” (GREEN, 1996, p. 319).

3) Outro fator cultural a ser mencionado na primeira década depois de 1945, o qual começou a exercer influência sobre o cenário

religioso nas Ilhas e que também afetou o (declínio do) Império, é a imigração. Enquanto antes da Segunda Guerra Mundial apenas pequenos grupos tinham imigrado para a Grã-Bretanha, isto começou a mudar em 1948, quando, como resultado do Ato de Nacionalidade Britânica,¹² 400 homens jamaicanos chegaram à Inglaterra em busca de trabalho (MARR, 1999).

É difícil estimar a população negra da Grã-Bretanha no fim das décadas de 1940 e 1950, embora as fontes mais confiáveis sugeriram que menos de mil pessoas de cor tenham vindo para a Grã-Bretanha a cada ano, e que este número aumentou para cerca de 20 mil por ano em meados da década de 1950. Por volta do fim da década, os números declinaram um pouco, uma resposta à piora nas perspectivas de trabalho. Ainda assim, o temor de controles de imigração iminentes levou a um aumento no número de imigrações para cerca de 100 mil em 1961, ano anterior ao da implementação dos controles. Enquanto a população negra da Grã-Bretanha foi estimada em 74.500 em 1951, aumentou para 336 mil no final de 1959, e aproximadamente 500 mil quando o Ato de Imigrantes da *Commonwealth* entrou em vigor, em 1962 (WATERS, 1997, p. 209).

A imigração de negros, mas também de asiáticos, influenciou o nacionalismo britânico – pelo menos em termos de raça. Enquanto antes da segunda metade do século XX a questão da raça esteve em segundo plano na identidade nacional britânica, porquanto se tinha tomado como certeza que apenas protestantes “brancos” eram capazes de ser cidadãos britânicos, a migração negra e asiática exigiu pelo menos uma reformulação desta crença – ironicamente, também no relacionado aos irlandeses, que, com vistas a transformar imigrantes negros e asiáticos em “outros”, foram rapidamente incorporados à “britanicidade”. A migração negra e asiática

12 O Ato de julho de 1948 tinha “criado uma nova forma de cidadania compartilhada por todos os residents [sic] em uma área recém-designada, o Reino Unido e a *Commonwealth* (UKC). Teoricamente, o Ato colocou cada cidadão da UKC, desde Neasden até Nairobi em pé de igualdade, dando a cada cidadão e seus dependentes o direito de viver em qualquer lugar dentro da UKC. Desde o século XIX, campeões do Império têm argumentado que todos os súditos da Coroa na “família de nações” imperial eram bretãos. Porém, *civis britannicus sum* era pouco mais que um recurso retórico para celebrar a extensão do poder imperial britânico. Agora, pela primeira vez, os súditos tinham se tornado cidadãos, e ganhado direitos iguais perante a lei, a despeito de sua raça ou credo (WEIGHT, 2002, p. 136, grifos do autor).

trouxe novos ares à crença vitoriana da ancestralidade racial comum de saxões e celtas, e esfriou as relações anglo-irlandesas das esquinas às salas de reuniões de Whitehall. Ao mesmo tempo, ajudou a registrar a população negra e asiática nas periferias da britanicidade (WEIGHT, 2002, p. 145).

Essa recém-adquirida visão sobre os irlandeses, é claro, também ajudou a dismantelar os guetos irlandeses, e facilitou ainda mais – como já foi sugerido – o intercâmbio intraconfessional entre católicos irlandeses e protestantes brancos. De modo interessante, a migração dificilmente tinha tocado em questões religiosas antes da década de 1980. Os imigrantes eram vistos apenas como um grupo etnicamente diferente dentro da população, não como um “outro” religioso (SCHÖNWÄLDER, 2004). Isto também se deu quando novas ondas de imigrantes resultantes da dissolução do Império vieram para a Grã-Bretanha – indianos, paquistaneses e bengalis no fim da década de 1950 e início de 1960 e afro-asiáticos orientais expulsos de Uganda no fim dos anos 1970 (MARR, 1999). Inegavelmente um novo elemento racial foi introduzido no nacionalismo britânico daquele momento em diante, um elemento que especialmente por uma razão parecia ser mais inglês do que britânico. “[...] A maioria dos negros e asiáticos se fixou no interior e no sul (90% da população de cor do Reino Unido residiu na Inglaterra, e apenas a Grande Londres era responsável por 50% deste número” (WEIGHT, 2002, p. 426).

4) O mar de mudança cultural que começou – no tocante à migração – em fins da década de 1940 e – no tocante à religião – fins dos anos 1950 foi acompanhado por uma piora na situação econômica em partes da Grã-Bretanha. Tal situação, no fim, levou a um rápido surgimento do nacionalismo escocês e gaulês nos anos 1960: nos anos finais da década de 1950, ficou óbvio que a indústria pesada no País de Gales e na Escócia estava à beira de um colapso, porque não suportava mais nenhum impacto da competição japonesa e alemã. Dado que, por conta da descolonização, os antigos mercados também se tornaram cada vez mais difíceis para os produtores britânicos, os problemas econômicos ficaram todos absolutamente óbvios: enquanto, por exemplo, em 1954 a Escócia tinha construído 12% de todos os navios do mundo, este número

caiu para 1% em 1968 (WEIGHT, 2002). A crise econômica tanto no País de Gales quanto na Escócia reforçou o sentimento de uma herança cultural que, em determinado momento, também afetou a política, já que outras partes da Grã-Bretanha – especialmente o sul da Inglaterra e a região de Londres – tinham melhores tarifas que as partes norte e leste do Reino Unido. O Estado britânico, assegure-se, fez muito para ajudar as regiões em declínio, fato jamais suficientemente discutido pelo público britânico. Porém, tudo isto não podia evitar a formação/surgimento de partidos regionais que, pela primeira vez, eram realmente capazes de competir com os conservadores e trabalhistas:

De 1959 a 1974, a parcela de votos do Plaid Cymrus [o partido nacionalista gaulês] aumentou de 0,2% para 20%, enquanto os votos do SNP [Partido Nacional Escocês] aumentaram de 0,1% para 30,4%. O apoio a eles veio principalmente da população abaixo de 45 anos e perpassava todos os grupos sociais (WEIGHT, 2002, p. 408).

Embora até o fim da década de 1960, vez ou outra tenha havido vitórias notáveis do Partido Trabalhista no País de Gales, e sobretudo na Escócia (a última de Harold Wilson, nas eleições de 1968), parecendo indicar que a descentralização política era um passo político desnecessário, todas estas vitórias acabaram por se mostrar traiçoeiras: o nacionalismo gaulês e escocês não podia mais ser interrompido (WEIGHT, 2002), de modo que a “descentralização” estava na agenda política britânica.

Todos estes fatores que contribuíram para acelerar a crise da identidade britânica foram acompanhados por debates sobre o papel da Grã-Bretanha no processo de unificação europeia. A atitude britânica em relação a tentativas anteriores de unificar a Europa foi de certo modo hesitante: ela nem apoiava o Plano Schuman, de 1950, que levou ao estabelecimento da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, em 1952, nem estava interessada em estabelecer uma Comunidade Europeia de Defesa (BRUNN, 2005; BULMER, 2006).

A despeito de haver algumas diferenças na posição de ambos os grandes partidos – naquele tempo os conservadores estavam um pouco mais inclinados em direção à Europa do que os trabalhistas (BULMER, 2006) –, o ceticismo britânico geralmente tinha suas raízes, primeiro, nas experiências antes da Segunda Guerra Mundial, quando a maioria das potências continentais não eram

aliados realmente confiáveis da causa britânica e, segundo, no sentimento de que a Grã-Bretanha foi vitoriosa na guerra e era uma potência imperial poderosa demais como nação para se juntar ao clube europeu de Estados relativamente fracos (WEIGHT, 2002).¹³ Depois de Suez, no entanto, esta última razão para o ceticismo britânico em relação à Europa perdeu sua plausibilidade (WEIGHT, 2002) pelo menos entre as elites políticas e intelectuais. Outro fator foi que os grandes países continentais que se unificaram sob uma organização europeia prosperaram enormemente, e a Grã-Bretanha corria o risco de ficar para trás. Assim, em 1961, “o governo britânico [sob liderança do primeiro-ministro conservador Harold Mcmillan] decidiu se candidatar à entrada no Mercado Comum”, não apenas porque os Estados Unidos apoiavam aquela ideia, mas também porque ela parecia elevar a unidade do Ocidente em tempos de um crescente confronto Leste-Oeste (WEIGHT, 2002, p. 327).

Para surpresa das elites políticas britânicas, no entanto, o general de Gaulle vetou a candidatura britânica ao Mercado Comum em 1963, de modo que a primeira tentativa britânica fracassou. Isto se repetiu em 1967, sob o governo do primeiro-ministro trabalhista Harold Wilson, quando de Gaulle novamente aplicou o veto, sob o argumento de que as estruturas políticas da Grã-Bretanha estavam ameaçando a estabilidade da Europa (WEIGHT, 2002, p. 468-469):

Os britânicos estavam impassíveis, mais por conta do cinismo e da apatia do que por qualquer tenacidade do espírito. O segundo veto gerou menos francofobia do que o primeiro porque as pessoas tinham se tornado menos habituadas à diminuição do poder britânico desde o início dos anos 1960. Além do mais, muitos bretãos tinham, desde então, encontrado consolo em

13 Outro motivo para a posição hesitante da Grã-Bretanha pode ter sido o fato de que o Projeto Europeu foi amplamente visto como uma ideia católica (CASANOVA, 2006) apoiada pelo Vaticano. E, por último, mas não menos importante: pelo menos até 1960, a *Commonwealth* e o restante do Império eram muito mais importantes economicamente do que a Europa: “Até 1960, 67% das exportações britânicas e 92% do seu investimento estrangeiro iam para fora da Europa” (WEIGHT, 2002, p. 264).

uma revolução cultural [*“swinging London”*]¹⁴ que marginalizou a Europa e parecia provar que o país não precisava do continente para manter seu prestígio internacional. [...] O veto de 1967 reforçou a visão popular de que a Comunidade Econômica Europeia (CEE) era um corpo essencialmente alienígena, liderado por um líder continental ditatorial típico. O apoio à integração, que alcançou seu nível mais alto por um breve período quando da candidatura feita por Macmillan, caiu ao seu nível mais baixo logo após o veto de 1963. A despeito de problemas temporários, o apoio não foi completamente recuperado por um período significativo de tempo até o final do século.

Quando, finalmente, a Grã-Bretanha obteve sucesso e sob o governo conservador de Heath entrou no Mercado Comum, em 1973 (o Partido Trabalhista e os sindicatos estavam ainda mais céticos em relação à União Europeia do que os conservadores), parecia que o processo de integração da Grã-Bretanha à Europa ocidental tinha sido finalmente concluído. Isto mostrou-se mais evidente ainda porque a entrada da Grã-Bretanha foi confirmada por um referendo em junho de 1975, “a primeira vez que um referendo foi realizado na Grã-Bretanha”, no qual 67% da população disse “sim” à Europa e apenas 33% disse “não” (WEIGHT, 2002, p. 512). As razões pelas quais os britânicos concordaram em se juntar à CEE tinham muito a ver com a crença de que a entrada no mercado traria prosperidade econômica. Deste modo, este certamente não foi um “sim” entusiástico, mas uma “necessidade prática” (WEIGHT, 2002). Os sentimentos de “necessidade prática”, no entanto, não são sentimentos que estabilizem identidades por longo período. Não é de se admirar, portanto, que dos anos 1970 em diante, não apenas as relações britânicas com a Europa tenham sido fortemente debatidas inúmeras vezes, mas também a relação da Inglaterra de um lado e do País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte, de outro. Neste sentido, o rompimento da Grã-Bretanha estava na agenda.

14 NT: O termo é usado para descrever um período, na década de 1960, de efervescência cultural e euforia na Inglaterra, especialmente em Londres, resultado da recuperação econômica do país depois da Segunda Guerra Mundial.

5 DELEGAÇÃO, EUROPA E A CRISE DE IDENTIDADE BRITÂNICA, 1975-2000

Como já destacado, o nacionalismo gaulês e escocês estava em ascensão no fim da década de 1960. Isto tudo aconteceu em um momento em que as coisas na Irlanda do Norte não iam muito bem: em 1968/69, o exército interveio em Ulster, com vistas a controlar violentos distúrbios mas, na verdade, acabou se envolvendo em uma longa e sangrenta guerra civil que não seria capaz de vencer. Mesmo que fosse verdade que a Irlanda do Norte incomodasse excessivamente Westminster (o número de parlamentares irlandeses era mínimo, e que ambos os partidos – o Conservador e o Trabalhista – tentassem manter a política partidária fora da questão irlandesa, uma crença crescente na problemática situação britânica tornou-se óbvia demais (POWELL, 2002).¹⁵ Este sentimento foi demonstrado por um influente livro de um cientista social marxista escocês, Tom Nairn. Seu *The Break-Up of Britain*, originalmente publicado em 1977, argumentava energicamente que o Reino Unido estava à beira da dissolução por causa da estranha e basicamente pré-moderna estrutura do Estado britânico. Segundo o autor afirmava, a indústria britânica encontrava-se em um processo inevitável de declínio que afetava mais fortemente o norte da Inglaterra, mas, acima de tudo, o País de Gales e a Escócia, e o Estado britânico, arcaico, era incapaz de agir, e as chances de uma política industrial bem-sucedida de modo a barrar o declínio eram consideravelmente pequenas. As elites do Estado britânico nem mesmo percebiam a necessidade de uma recuperação, já que, enquanto isso, Londres emergia como um centro financeiro que compensava as fraquezas industriais britânicas. E esta é – e será – a origem e a causa do nacionalismo gaulês e

15 Ironicamente, a situação de guerra civil na Irlanda do Norte levou os protestantes irlandeses para a periferia da britanicidade. “Até meados da década de 1960, os bretões viam os irlandeses do norte como compatriotas civilizados cercados por um país atrasado, alienígena. Por volta da metade dos anos 1970, eles eram vistos como parte do problema, e no final da década, o norte era visto como muito mais atrasado do que o sul. Enquanto isso, a identidade britânica da maioria protestante se fortaleceu como resultado dos problemas. Em 1968, 20% se consideravam irlandeses. Em 1989, este número tinha caído para 3%, enquanto aqueles que se consideravam britânicos tinham aumentado de 39 para 68%” (WEIGHT, 2002, p. 530).

escocês, baseado particularmente no atraso econômico regional, no desenvolvimento desigual. No fim – assim argumenta Nairn – isto conduzirá à separação do País de Gales e da Escócia do Reino Unido – não importa qual seja a data precisa desta separação.

A análise de Nairn foi uma reação ao resultado das eleições de 1974, nas quais o Partido Nacional Escocês (SNP) tinha conquistado 30% dos votos escoceses, sendo a maioria destes votos vinda do Partido Trabalhista e – especialmente – dos eleitores conservadores que renegaram seus antigos partidos.

Agora o SNP se constituía em um partido parlamentar sério, e era apenas a ponta do iceberg. As pesquisas demonstravam de maneira consistente que cerca de 75% dos escoceses agora se consideravam escoceses ao invés de britânicos, e um número similar queria autonomia governamental. Em outras palavras, enquanto muitos escoceses ainda resistiam à ideia de independência completa, um consenso maciço tinha emergido em favor de maior descentralização, algo que os partidos sindicalistas já não podiam ignorar (WEIGHT, 2002, p. 555).

A pressão escocesa pela descentralização foi, é claro, incentivada pela descoberta de petróleo perto da costa escocesa, que tornou a ideia de uma Escócia economicamente vibrante (e independente) ainda mais plausível. Contudo, o impulso nacionalista no País de Gales era não menos impressionante. Dessa forma, a análise de Nairn parecia estar absolutamente correta.

É de certo modo irônico que a ascensão de Margareth Thatcher ao poder e sua política sindicalista/centralista não tenham sido capazes de interromper a tendência de descentralização. Do contrário, quase todos os observadores da sua influência sobre a identidade nacional britânica chegaram à conclusão de que ninguém deu à causa gaulesa e escocesa estímulo maior que ela (MARR, 1999; JUMAR, 2003; MANDLER, 2006). Embora a Guerra das Malvinas de 1982 tenha revitalizado o nacionalismo britânico por curto período¹⁶ e ajudado Thatcher a vencer novamente as

16 “As Malvinas eram apresentadas como a visão de uma Grã-Bretanha perdida, e sua população, uma lição viva de como ser verdadeiramente britânico. Eles não apenas eram brancos; eles também eram um povo intrinsecamente rural, vivendo uma vida harmoniosa, pacífica, repleta de excentricidades, mas intocada pelo desemprego e pelos tumultos que assolavam as cidades do Reino Unido” (WEIGHT, 2002, p. 617).

eleições gerais de 1983, um efeito prolongado desta guerra contra a Argentina não pôde ser detectado. Dado que pelo menos 20% da população britânica eram contrários à guerra (WEIGHT, 2002), de qualquer maneira e como ela durou apenas algumas poucas semanas sem causar nenhuma desvantagem econômica ou de outro tipo, as escolhas políticas “pacíficas” de Thatcher tiveram efeitos muito maiores. Foi especialmente sua política econômica que alienou ainda mais escoceses e gauleses. Ela não somente foi incapaz de impedir o declínio econômico nas regiões Norte e Leste do Reino Unido, como seu bem-sucedido ataque aos sindicatos atingiu especialmente as áreas já afetadas com a desvantagem econômica. Finalmente, mas não menos importante, sua política de privatização desmantelou muitas das instituições e organizações que, em tempos anteriores, tinham sido tomadas como encarnações da britanicidade:

Das 42 notáveis privatizações conduzidas pelas administrações de Thatcher e Major, 14 foram de grupos líderes que tinham a palavra “Britânico” no título, quatro tinham “Nacional” e outros, como a Rolls-Royce, a Jaguar, o Rover Group e a indústria de energia nuclear, eram de grande importância para o entendimento que o país fazia de si mesmo. A privatização pode ter sido um ato grandioso e libertador, e alguns (embora não todos) daqueles grupos mantiveram sua auto-identificação britânica no mercado livre. Porém, porque depois de 1945 [a palavra] “Britânico” foi tão associada com o poder e as conquistas do Estado – uma palavra pública, não privada ou cultural – o recuo do Estado também significava o recuo da britanicidade (MARR, 1999, p. 30).

A impressão (algumas vezes também foi apoiada pelos próprios conservadores) era de que o Partido Conservador já não constituía mais um partido britânico, mas um partido da Inglaterra e do nacionalismo inglês (WEIGHT, 2002; KUMAR, 2003). Isto ficou ainda mais evidente quando, nas eleições de 1997, os conservadores não foram capazes de ganhar sequer um assento na Escócia e no País de Gales (POWELL, 2002).

Neste âmbito, a situação econômica do Reino Unido como um todo também não ajudava a causa da britanicidade:

[...] Em 1992, o Reino Unido foi o quarto da Europa, no tocante ao tamanho total do seu Produto Interno Bruto (PIB), atrás da

Alemanha, França e Itália. No entanto, em termos de Paridade do Poder de Compra (PPC) *per capita*, ficou em 11º lugar; em termos de crescimento do rendimento industrial, foi o 16º. Até mesmo na posse automotiva (1994), o Reino Unido ficou em 10º lugar. Estes números, embora não fossem estarrecedores, estavam fadados a gerar um sentimento de mal-estar (DAVIES, 1999, p. 949).

O outrora orgulhoso Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte tinha perdido seu papel de predominância até mesmo na Europa, e apenas a posse de armas nucleares ainda garantia seu *status* entre as grandes potências mundiais. Assim, era natural que o desejo de descentralização de gauleses e escoceses não houvesse enfraquecido e que quando Tony Blair se tornou primeiro-ministro, em 1997, ocorressem os primeiros movimentos neste sentido.¹⁷ Esta atitude foi tomada por Blair não apenas por conta da sua profunda convicção de que a descentralização era uma causa correta; mas, mais importante, por conta da crença de que apenas mediante a descentralização um desmantelamento completo da Grã-Bretanha poderia ser evitado em longo prazo. Desse modo, os primeiros passos em direção à autonomia escocesa e gaulesa foram dados:

As inaugurações do Parlamento Escocês e da Assembleia Gaulesa no verão de 1999 deram início a uma nova era. Pela primeira vez na história, o Parlamento Britânico tinha, voluntariamente, concordado em dividir poder com um sistema compreensivo de legislaturas subordinadas. O objetivo declarado era restaurar um melhor equilíbrio entre as aspirações inglesas e escocesas, gaulesas e norte-irlandesas, assim, preservando a União. A política foi igualmente bem combinada com a

17 Nas eleições de 1997, “pela primeira vez desde 1974, um governo tinha chegado ao poder com maioria em todos os três países da Grã-Bretanha; e na Escócia e no País de Gales, candidatos pró-descentralização e nacionalistas venceram esmagadoramente. Fortalecido com este mandato, o governo trabalhista imediatamente se dedicou a honrar a promessa de realizar referendos sobre suas propostas de descentralização antes que a legislação fosse introduzida. Quando estes referendos foram realizados, em setembro, o resultado escocês foi uma vitória acachapante pelo ‘sim’ – 1.775.045 votantes escoceses (74,3% dos que votaram, 44,7% dos eleitores totais) decidiram em favor de um parlamento escocês; apenas 614 mil (25,7%) contra. Em uma segunda pergunta, sobre se o Parlamento deveria ter poderes de taxaço, também houve clara maioria favorável (1,5 milhão contra 870 mil). O resultado no País de Gales foi muito mais apertado” (POWELL, 2002, p. 216).

estratégia de subsidiariedade da União Europeia e sua promoção de uma “Europa das regiões” (DAVIES, 1999, p. 927).

Disto tudo resultou o seguinte: atualmente, a Inglaterra é o único país do Reino Unido que não tem seu próprio corpo legislativo (ROBBINS, 2001).¹⁸

Esta tendência em direção a um rompimento da Grã-Bretanha, a aparentemente irresistível ascensão de um nacionalismo escocês e gaulês, foi acompanhada por dois grandes processos culturais a serem mencionados aqui: o processo corrente de secularização (pelo menos em determinados aspectos) e a atitude marcadamente cética, embora em transformação, dos britânicos em relação à União Europeia. Se alguém olha primeiramente para a causa religiosa, é possível se observar que as tendências que podiam ser detectadas desde meados da década de 1950 continuaram pelas décadas de 1970, 80 e 90. Dentro da Grã-Bretanha, a Igreja da Inglaterra ainda mantinha alguns antigos privilégios, o que parece marcante para um Estado europeu moderno:

[A Igreja da Inglaterra] permanece como uma igreja legalmente estabelecida em parceria continuada com o Estado. Esta parceria se refletiu no papel do monarca como governador supremo da Igreja (com o título de Defensor da Fé) e tem sido confirmada ritualmente mediante responsabilidade exclusiva da Igreja sobre a coroação do monarca. O primaz da Igreja, Arcebispo de Canterbury, ainda tem precedência formal, em eventos do Estado, até mesmo sobre o primeiro-ministro (MODOOD, 1994, p. 53; MEDHURST, 1999, p. 275).

Estes privilégios especiais, entretanto, não conseguem disfarçar o fato de que, por um lado, a Igreja da Inglaterra conquistou visível autonomia diante do Estado e, por outro, perdeu boa parte da influência sobre seus crentes (cada vez menos numerosos). No inerente ao primeiro ponto, a Igreja Anglicana – anteriormente rotulada, de maneira desrespeitosa, como “o Partido Conservador

18 Kumar (2003) defende que os ingleses terão mais dificuldades no desenvolvimento de um nacionalismo genuíno no futuro. O nacionalismo escocês e o gaulês podem ser defendidos mais facilmente, porquanto já houve esforços, no passado, para definir uma cultura especificamente escocesa e gaulesa. Como os ingleses sempre se definiram quase que exclusivamente em termos do império – e este império, agora, está definitivamente acabado – eles não têm muitos recursos culturais em que se apoiar para reformular sua identidade nacional.

em oração” – desenvolveu uma posição bastante crítica em relação às políticas conservadoras durante os anos Thatcher e Major (MEDHURST, 1999). Quanto ao segundo ponto, há de se acrescentar que a Igreja da Inglaterra certamente não está sozinha entre as comunidades religiosas que perderam influência por causa da secularização:

Em 1994, segundo estimativas publicadas acerca do Reino Unido, os não religiosos autoproclamados totalizavam 24%; os católicos romanos eram 9%; anglicanos praticantes, 4%; presbiterianos, 3%; muçulmanos e metodistas, 2% cada um; hindus, 1%; e o restante das outras denominações cristãs, 4%. [...] Isto significa que o número de católicos praticantes tinha superado o número de anglicanos ativos, tornando-se a maior denominação. A proporção de pessoas não religiosas foi maior do que em qualquer outro país europeu, exceto na Holanda. Nem a Inglaterra nem o Reino Unido como um todo poderiam se proclamar, de maneira razoável, um país protestante (DAVIES, 1999, p. 915; COLEMAN; COLLINS, 2004, p. 13; ROBBINS, 2008, p. 469).

Em 2003, Steve Bruce – um dos principais nomes da teoria da secularização – chegou a prever que por volta de 2030 a congregação a uma igreja na Grã-Bretanha seria de menos de 5% da população (BRUCE, 2003).

Todos estes dados deixam espaço para diversas interpretações e conclusões diferentes: o que parece ser incontestável, contudo, é o fato de que o protestantismo certamente não será parte de um nacionalismo britânico, inglês, escocês ou gaulês: de maneira simples, o cenário religioso mudou demais. Em virtude do grande número de imigrantes de origem hindu, muçulmana, budista, etc., parece muito difícil que até mesmo uma crença cristã geral venha a ser um elemento importante nestas identidades nacionais. Como esta mudança religiosa irá afetar também a Monarquia – certamente um pilar da britanicidade desde a Era Vitoriana – ainda teremos de ver. Inegavelmente o espetacular desastre do casamento entre o Príncipe Charles e Lady Diana e a morte dela depois do divórcio enfraqueceram a posição da Monarquia. No entanto, este é apenas um pequeno aspecto da legitimidade da Monarquia britânica. Parece ser mais importante a questão religiosa em torno do problema da sucessão do trono. Como Norman Davies comenta, sarcasticamente,

O Ato de União [de 1707] estabelece que “todos os papistas e pessoas que se casam com papistas” devem ser para sempre excluídos da “Coroa Imperial da Grã-Bretanha e seus domínios”. Interpretações podem diferir. Porém, o que isto parece querer dizer é que um futuro monarca poderia pertencer à Igreja Presbiteriana Livre do Reverendo Ian Pausly ou, questionavelmente, aos mórmons, mas não à igreja que tem o maior apoio e as mais duradouras conexões. Não está claro se ele ou ela seria impedido por aventurar-se na ortodoxia, judaísmo, islâmismo, druidismo ou práticas multireligiosas (DAVIES, 1999, p. 931).

Já que o monarca é líder supremo apenas da Igreja da Inglaterra, mas não tem jurisdição sobre a Igreja da Escócia ou nenhuma outra denominação, a posição dele dentro de uma sociedade cada vez mais secularizada e regionalmente diversa parece confusa. Em todo caso, ele ou ela não podem mais declarar serem uma instituição conectada com todos os cidadãos britânicos. Como Davies (1999, p. 937) prevê, “logo logo, os *soi-disant* Windsors estariam fadados a se juntar a seus parentes, os Hohenzollerns e os Romanovs, em um dos seus vários circuitos ex-reais” de modo que mais um pilar do nacionalismo britânico terá sido exterminado.

A notável mudança no cenário religioso britânico foi acompanhada por um tipo de sentimento euro-cético entre os cidadãos britânicos. Embora mudanças de atitude em relação à Europa possam certamente ser detectadas – o principal aqui era a mudança dentro do Partido Trabalhista, que, no começo da década de 1980, se opôs firmemente à União Europeia, antes que Neil Kinnock e depois Tony Blair fomentassem uma postura pró-União Europeia (ROBBINS, 1998; BULMER, 2006) – é verdade que nenhuma outra população da Europa ainda seja tão pouco disposta a apoiar a integração europeia (GEORGE; BACHE, 2001; POWELL, 2002; BULMER, 2006). Este ceticismo tem muitas raízes: a memória histórica dos cidadãos britânicos no tocante ao papel do continente, sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial, é certamente um ponto decisivo; mas também se deve acrescentar que Margareth Thatcher foi uma ferrenha “Primeira-Ministra Britânica Eurofóbica” (WEIGHT, 2002), que reforçou as atitudes euro-céticas já existentes. E, por último, mas não menos importante, a imprensa britânica – e não apenas a imprensa marrom – se tornou, por vários motivos (ver em especial a influência de Rupert Murdoch), cada vez mais cética

em relação à União Europeia, de modo que estes sentimentos entre a população se fortaleceram (BULMER, 2006).

Se esta indisposição de assumir uma identidade europeia vai mudar no caso de uma dissolução da Grã-Bretanha, ainda não se sabe. O que se tem a mencionar, em qualquer caso, é o fato de que as atitudes de escoceses e possivelmente gauleses para com a Europa têm sido mais simpáticas do que as dos ingleses. Não está claro como a descentralização afetará tudo isto. Prever o impacto da Europa nas identidades britânica/inglesa/escocesa/gaulesa é uma tarefa complexa, particularmente porque a Grã-Bretanha nunca foi um Estado-nação e, portanto, é difícil de analisar. Como Norman Davies expõe:

[A Grã-Bretanha] é essencialmente um conglomerado dinástico que nunca conseguiu igualar as funções das suas quatro partes constituintes e, como resultado, nunca pôde harmonizar completamente as identidades das comunidades nacionais dentro das suas fronteiras. O Reino Unido, por exemplo, não tem uma igreja estabelecida, mas duas. Não tem um sistema legal unificado, um sistema educacional centralizado, nenhuma política cultural comum, nenhuma história comum – em outras palavras, nenhuma das fundações institucionais sobre as quais os Estados-nações são construídos (DAVIES, 1999, p. 1039).

Não se deve ser tão pessimista quanto Davies (1999, p. 1047), que declara que “todos os fundamentos da ‘britanicidade’ histórica estavam em avançado estado de decomposição”, de modo que, segundo ele, o esfacelamento da Grã-Bretanha é inevitável.¹⁹ Mesmo se tal previsão acabar por se mostrar errada, no entanto, a análise de Davies acerca do *status* da Grã-Bretanha como um tipo estranho de Estado – repetindo novamente – deveria sensibilizar todos os cientistas sociais para as dificuldades que eles enfrentarão ao tentar delinear com clareza o impacto da Europa nas identidades britânicas contemporâneas.

Tradução: Camila Alves
da Costa e Mônica Dias Martins

19 Ver os dados empíricos em Bechhofer e McCrone (2007, p. 259) que afirmam que “um senso de britanicidade ainda está disseminado na Inglaterra e Escócia” e que uma rejeição desta britanicidade mesmo entre os apoiadores do Partido Nacional Escocês não é a posição da maioria.

REFERÊNCIAS

BECHHOFER, F.; McCRONE, D. Being British: a crisis of identity?. **Political Quarterly**, v. 78, n. 2, p. 251-260, 2007.

BROWN, C. G. **The death of christian britain. Understanding secularisation 1800-2000**. London; New York: Routledge, 2001.

_____. **Religion and society in twentieth-century Britain**. Harlow et al., Pearson – Longman, 2006.

BRUCE, S. The demise of christianity in britain. In: DAVIE, G. H.; HEELAS, P.; WOODHEAD, L. (Eds.). **Predicting religion. Christian, Secular and alternative futures**. Burlington, VT: Ashgate, 2003. p. 53-63.

BRUNN, G. **Die Europäische Einigung von 1945 bis heute**. Berlin: Bundeszentrale für politische Bildung, 2005.

BULMER, S. Großbritannien und/in Europa. In: KASTENDIECK, H.; STURM, R. (Eds.). **Länderbericht Großbritannien**. Berlin, Bundeszentrale für politische Bildung, 2006. p. 549-570.

CANNADINE, D. **Die Erfindung der britischen Monarchie, 1820-1994**. Berlin: Wagenbach Verlag, 1994.

COLEMAN, S.; COLLINS, P. Ambiguous attachment. religion, identity and nation. In: _____ (Eds.). **Religion, identity and change**. Perspectives on global transformations. London: Ashgate, 2004. p. 1-25.

DARWIN, J. G. The fear of falling: British politics and imperial decline since 1900. **Transactions of the Royal Historical Society**, v. 36, p. 27-43, 1986.

DAVIE, G. Religion in modern Britain: changing sociological assumptions. **Sociology**, v. 34, n. 1, p. 113-128, 2000.

DAVIES, N. **The isles**. A history. London: MacMillan, 1999.

GEORGE, S.; BACHE, I. **Politics in the European Union**. Oxford: Oxford UP, 2001.

GREEN, S. J. D. Survival and autonomy: on the strange fortunes and peculiar legacy of ecclesiastical establishment in the modern British state, c. 1920 to the present day. In: GREEN, S. J. D.; WHITING, R. C. (Eds.). **The boundaries of the state in modern Britain**. Cambridge: Cambridge UP, 1996. p. 299-324.

HORNSBY-SMITH, M. P. The changing identity of Catholics in England. In: COLEMAN, S.; COLLINS, P. (Eds.). **Religion, identity and change**. Perspectives on global transformations. London: Ashgate, 2004. p. 42-56.

KUMAR, K. **The making of English identity**. Cambridge: Cambridge UP, 2003.

_____. Nation and Empire: English and British national identity in comparative perspective. **Theory and Society**, v. 29, n. 5, p. 575-608, 2000.

MANDLER, P. **The English National Character**. The history of an idea from Edmund Burke to Tony Blair. New Haven; London: Yale UP, 2006.

MARR, A. **The day Britain died**. London: Profile Books, 1999.

MCCRONE, D. Unmasking Britannia: the rise and fall of British national identity. **Nations and Nationalism**, v. 3, n. 1, p. 579-596, 1997.

MCLEOD, H. (1999). Protestantism and British National Identity. In: van der VEER, P. L.; LEHMANN, H. (Eds.). **Nation and religion perspectives on Europe and Asia**. Princeton: Princeton UP, 1999. p. 44-70.

MEDHURST, K. The church of England: a progress report. **Parliamentary Affairs**, v. 52, n. 2, p. 275-290, 1999.

MODOOD, T. Establishment, multiculturalism and British citizenship. **Political Quarterly**, v. 65, n. 1, p. 53-73, 1994.

MÜLLER, S. O. Tod und Verklärung. Denkmale des Krieges in Großbritannien nach 1918. In: HAUPT, H.-G.; LANGEWIESCHE, D. (Eds.). **Nation und Religion in Europa**. Mehrkonfessionelle Gesellschaften in 19. und 20. Jahrhundert, Frankfurt: Main; New York: Campus, 2004. p. 173-201.

MÜNCH, R. **Die Konstruktion der europäischen Gesellschaft**. Zur Dialektik von transnationaler Integration und nationaler Desintegration. Frankfurt: Main; New York: Campus, 2008.

NAIRN, T. **The break-up of Britain**. Crisis and new-nationalism. Second and enlarged edition. London: Verso, 1981 [1977].

PAREKH, B. Defining British national identity. **Political Quarterly**, v. 71, n. 1, p. 4-14, 2000.

POWELL, D. **Nationhood and identity**. The British State since 1800. London; New York: I.B. Tauris Publishers, 2002.

ROBBINS, K. **England, Ireland, Scotland, Wales**. The Christian church 1900-2000. Oxford: Oxford UP, 2008.

_____. Devolution in Britain: will the UK survive?. **European Studies**, v. 16, p. 53-65, 2001.

_____. Great Britain. **Identities, institutions and the idea of britishness**. London; New York: Longman, 1998.

_____. An imperial and multinational polity. The 'scene from the center', 1832-1922. In: GRANT, A. S.; ROBBINS, K. J. (Eds.). **Uniting the Kingdom? The making of British history**. London; New York: Routledge, 1995. p. 244-254.

SCHÖNWÄLDER, K. Religion, Öffentlichkeit und Politik in der multiethnischen britischen Gesellschaft. In: HAUPT, H.-G.; LANGEWIESCHE, D. (Eds.). **Nation und religion in Europa**. Mehrkonfessionelle Gesellschaften in 19. und 20. Jahrhundert, Frankfurt: Main; New York: Campus, 2004. p. 343-361.

WARD, P. **Britishness since 1870**. London; New York: Routledge, 2004.

WATERS, C. "Dark Strangers" in our midst: discourses of race and nation in Britain, 1947-1963. **Journal of British Studies**, v. 36, n. 2, p. 207-238, 1997.

WEIGHT, R. **Patriots. National identity in Britain 1940-2000**. London: MacMillan, 2002.

WINTER, J. M. British national identity and the First World War. In: GREEN, S. J. D.; WHITING, R. C. (Eds.). **The boundaries of the state in modern Britain**. Cambridge: Cambridge UP, 1996. p. 261-277.